

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ACOLHIMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES PARA A PERMANÊNCIA ESCOLAR DE MULHERES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

PEDAGOGICAL PRACTICES OF WELCOMING IN YOUTH AND ADULT EDUCATION AND THEIR KEY CONTRIBUTIONS TO WOMEN'S SCHOOL RETENTION: A LITERATURE REVIEW

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS DE ACOGIDA EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS Y SUS PRINCIPALES CONTRIBUCIONES A LA PERMANENCIA ESCOLAR DE LAS MUJERES: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA

Ivânia Barros Meneses¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: Esse artigo buscou analisar como as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos contribuem para a permanência escolar e para o fortalecimento da trajetória educativa de mulheres que retornaram aos estudos. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos relacionados à Educação de Jovens e Adultos, às trajetórias femininas, à permanência escolar e às práticas pedagógicas de acolhimento. Os resultados da pesquisa evidenciaram que as mulheres que frequentam a EJA apresentam trajetórias marcadas por interrupções na escolarização, frequentemente relacionadas à maternidade, ao trabalho, à dupla jornada, às desigualdades de gênero e a diversas peculiaridades que recaem sobre o público feminino. A revisão de literatura também indicou que práticas pedagógicas fundamentadas em estratégias que busquem o diálogo, a valorização dos saberes prévios, a aprendizagem significativa, a participação e a construção do sentimento de pertencimento podem fortalecer o vínculo das estudantes com a escola. Este trabalho conclui que práticas pedagógicas acolhedoras, inclusivas e sensíveis às especificidades das mulheres favorecem a aprendizagem e sua permanência na EJA, o que contribui para o êxito na trajetória educativa de mulheres.

1

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Mulheres. Acolhimento.

ABSTRACT: This article aimed to analyze how teaching practices developed within Youth and Adult Education (EJA) contribute to school retention and the strengthening of the educational journeys of women who have returned to their studies. Methodologically, a qualitative bibliographic study was conducted, based on the analysis of books, scientific articles, dissertations, theses, and documents related to Youth and Adult Education, women's educational trajectories, school retention, and welcoming teaching practices. The research results revealed that women attending EJA have trajectories marked by interruptions in their schooling, often linked to motherhood, employment, the double shift and domestic duties, gender inequalities, and various specific challenges that affect women. The literature review also indicated that teaching practices grounded in strategies fostering dialogue, valuing prior knowledge, meaningful learning, participation, and a sense of belonging can strengthen the students' bond with the school. This study concludes that welcoming, inclusive teaching practices that are sensitive to women's specific needs foster learning and retention in EJA, thereby contributing to the success of women's educational journeys.

Keywords: Youth and Adult Education. Women. Welcoming Environment.

¹Mestranda em Ciências da Educação, Faculdade Christian Business School.

²Orientadora do Curso de Ciências da Educação da Faculdade Christian Business School PhD. Doutora em Ciências da Educação, professora orientadora da Christian Business School -CBS.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar cómo las prácticas pedagógicas desarrolladas en la Educación de Jóvenes y Adultos contribuyen a la retención escolar y al fortalecimiento de la trayectoria educativa de las mujeres que han retomado sus estudios. Metodológicamente, se realizó una investigación bibliográfica, con un enfoque cualitativo, basada en el análisis de libros, artículos científicos, disertaciones, tesis y documentos relacionados con la Educación de Jóvenes y Adultos, las trayectorias de las mujeres, la retención escolar y las prácticas pedagógicas de acogida. Los resultados de la investigación mostraron que las mujeres que asisten a la Educación de Jóvenes y Adultos tienen trayectorias marcadas por interrupciones en la escolarización, frecuentemente relacionadas con la maternidad, el trabajo, los turnos dobles, las desigualdades de género y diversas particularidades que afectan al público femenino. La revisión también indicó que las prácticas pedagógicas basadas en estrategias que buscan el diálogo, la valoración del conocimiento previo, el aprendizaje significativo, la participación y la construcción de un sentido de pertenencia pueden fortalecer el vínculo entre las estudiantes y la escuela. Este trabajo concluye que las prácticas pedagógicas acogedoras, inclusivas y sensibles que atienden a las necesidades específicas de las mujeres favorecen el aprendizaje y su permanencia en la educación de adultos, lo que contribuye al éxito en la trayectoria educativa de las mujeres.

Palabras clave: Educación para jóvenes y adultos. Mujeres. Ambiente acogedor.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma importante modalidade da educação básica, destinada a sujeitos que, por diferentes circunstâncias sociais, econômicas e familiares, não tiveram acesso ou continuidade dos estudos na idade considerada regular. Nesse contexto, o presente trabalho destaca o crescente número de mulheres que retornam à escola em busca da conclusão de sua escolarização e de novas possibilidades para suas trajetórias pessoais e profissionais, mas que frequentemente enfrentam desafios para conciliar estudos com a maternidade, o trabalho, a dupla jornada e as desigualdades de gênero. Diante dessa realidade, as práticas pedagógicas de acolhimento surgem com especial relevância, pois podem contribuir para que o espaço escolar se constitua como um ambiente de respeito, diálogo, pertencimento e valorização das experiências dessas estudantes, facilitando a permanência escolar. Assim, discutir as contribuições de práticas pedagógicas adequadas à realidade do público feminino é fundamental para compreender possibilidades de fortalecimento de suas trajetórias educativas e de construção de uma educação mais inclusiva e humanizada.

Mulheres que, na idade própria, tiveram suas trajetórias de estudos interrompidas pelos percalços da vida, em razão de desigualdades históricas, sociais e de gênero, encontram a oportunidade de ingressar na EJA, retomando seu direito historicamente negado. Mas sua permanência escolar continua sendo marcada por diversos desafios relacionados a conciliar

estudos, trabalho, maternidade, atividades domésticas, entre outras responsabilidades que, na maioria das vezes, recaem exclusivamente sobre si. Daí, a relevância social do tema desta pesquisa. Compreender como as práticas pedagógicas contribuem para o acolhimento e interferem na permanência escolar, torna-se relevante para trazer reflexões sobre estratégias que fortaleçam não somente a inclusão, mas o sentimento de pertencimento e a continuidade dos estudos, contribuindo para promover equidade no direito à educação.

Do ponto de vista científico, esta pesquisa mostra-se pertinente por reunir e analisar as principais produções bibliográficas acerca de práticas pedagógicas voltadas ao acolhimento e à permanência de mulheres na EJA. Na literatura recente, é possível encontrar avanços nas discussões sobre a temática, mas ainda há muito o que se investigar sobre como as práticas pedagógicas concretas de acolhimento se traduzem em permanência cotidiana e fortalecimento da trajetória escolar de mulheres que retornaram aos estudos. Grande parte das pesquisas encontradas estuda os fatores que levam à evasão escolar e retorno aos estudos. Há estudos sobre acolhimento na EJA, outros sobre mulheres, gênero e permanência, mas poucos são os trabalhos que integram, de forma específica e sistemática, as práticas pedagógicas de acolhimento, retorno escolar e permanência no decorrer da trajetória escolar. Assim, esta revisão bibliográfica busca ampliar o debate acadêmico, unindo conhecimentos produzidos sobre o tema e evidenciando aspectos que possam subsidiar futuras investigações e estudos.

3

Além disso, esta pesquisa trará contribuições para a prática docente ao evidenciar estratégias pedagógicas fundamentadas na literatura que favorecem o acolhimento, o respeito às trajetórias de vida e a valorização dos saberes na EJA. Tais reflexões podem subsidiar professores, gestores e demais profissionais na promoção de práticas educativas mais inclusivas, dialógicas e contextualizadas às especificidades do público atendido por essa modalidade de ensino. Este estudo reforça a importância da EJA, como garantia de direitos e como espaço de formação humana, inclusão social e emancipação, especialmente para mulheres que buscam reconstruir suas trajetórias educacionais por meio do retorno à escola.

Para desenvolver o conteúdo deste trabalho, surgiu o seguinte questionamento: Como as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos contribuem para o acolhimento e a permanência na trajetória escolar de mulheres que retornaram aos estudos? Para responder a esta questão, adotou-se o objetivo geral de analisar como as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos contribuem para a permanência escolar e para o fortalecimento da trajetória educativa de mulheres que retornaram aos estudos.

Também foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: caracterizar, com base na literatura, o perfil geral das mulheres matriculadas na EJA; identificar, na produção científica, os fatores que favorecem ou dificultam a permanência de mulheres na escola; analisar como a literatura científica descreve a percepção das estudantes sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA; identificar, na literatura, estratégias pedagógicas que promovem acolhimento, motivação e a continuidade dos estudos e propor reflexões, fundamentadas na literatura, que possam contribuir para o fortalecimento das práticas pedagógicas voltadas às mulheres da EJA.

Para alcançar os objetivos citados, adotou-se uma metodologia baseada na pesquisa bibliográfica. Onde foi analisado um conjunto de produções científicas em bases como: Scielo, Google Acadêmico, Portal CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), além de livros digitais. Para a compreensão de forma clara, de como a literatura tem abordado o tema e depois trazer suas contribuições a partir da análise articulada entre o direito à educação, a trajetória das mulheres na EJA, as práticas de acolhimento e as estratégias pedagógicas de permanência. Verificando que estes elementos não podem ser compreendidos separadamente, mas quando articulados eles revelam que a permanência escolar das mulheres depende tanto de condições sociais mais amplas quanto de práticas pedagógicas intencionalmente construídas para reconhecê-las como sujeitos de direito.

4

Além desta introdução, este artigo está estruturado em seis seções. A primeira apresenta a metodologia adotada na realização da pesquisa, caracterizando o estudo como uma revisão bibliográfica. A segunda é intitulada “A Educação de Jovens e Adultos e o direito à educação”, que aborda a EJA como modalidade educacional e como instrumento de garantia do direito à educação. A terceira seção discute “as mulheres na Educação de Jovens e Adultos”, abordando seus perfis, trajetórias, os principais desafios enfrentados e os fatores que influenciam sua permanência escolar. A quarta seção traz “as práticas pedagógicas de acolhimento na Educação de Jovens e Adultos”, abordando sua importância durante o processo escolar. Na quinta seção, “estratégias pedagógicas que favorecem a permanência das mulheres na EJA”, em que são discutidas estratégias que podem contribuir para o fortalecimento do vínculo das estudantes com a escola e para a continuidade de suas trajetórias educativas. Por fim, a conclusão retoma os principais aspectos discutidos, responde ao problema de pesquisa e apresenta reflexões sobre a importância do fortalecimento de práticas pedagógicas acolhedoras, bem como sugestões para futuras investigações sobre a temática.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. Segundo Gil AC (2019), é um tipo de estudo que se fundamenta na análise e interpretação de trabalhos científicos já publicados sobre o tema, que servem de base para o conhecimento do “estado da arte”, como artigos científicos, documentos oficiais e livros.

Nesta busca, foi possível conhecer e sistematizar os estudos produzidos no que se refere à EJA, às mulheres na EJA, à permanência escolar, às práticas pedagógicas e ao acolhimento, e identificar a lacuna na produção científica em relação à pequena quantidade de trabalhos que abordam de forma específica relacionando as práticas pedagógicas de acolhimento no retorno escolar com a permanência de alunas na escola. Sendo possível construir uma compreensão crítica sobre o objeto de estudo.

Esta é uma pesquisa que tem uma abordagem qualitativa com natureza de pesquisa básica, que buscou investigar e compreender o objeto de estudo, sem utilização de métodos estatísticos. É um trabalho que buscou descrever e explorar “como” e “por qual motivo” as práticas pedagógicas de acolhimento interferem na permanência escolar, especificamente em relação a mulheres que retornaram aos estudos.

Foi analisado um conjunto de produções científicas em bases como: Scielo, Google Acadêmico, Portal CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e livros digitais. Com o objetivo de compreender como a literatura tem abordado o tema e trazer suas contribuições para o fortalecimento da trajetória educativa de estudantes da EJA, oferecendo subsídios teóricos para a reflexão sobre a atuação docente e a promoção de uma educação mais inclusiva e humanizada.

5

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O DIREITO À EDUCAÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica destinada à garantia do direito à escolarização de pessoas adultas que não tiveram acesso ou que por algum motivo tiveram que interromper seus estudos na idade apropriada. A EJA não apenas traz a oportunidade de correção de trajetórias interrompidas, mas é a expressão concreta do direito à educação ao longo da vida, não importando a idade. É uma modalidade de ensino que reconhece

a diversidade dos sujeitos escolares e promove práticas institucionais e pedagógicas comprometidas com inclusão, permanência escolar, equidade e justiça social.

A EJA no Brasil teve sua origem há muitos anos. Já no período colonial, a alfabetização de adultos surgiu muito ligada à catequese e à instrução religiosa, sem se configurar como uma política pública de educação, mas já se notava a necessidade de “alfabetizar”. No decorrer do século XX, especialmente na década de 1930, o tema ganhou centralidade no debate nacional, devido ao crescimento das demandas sociais por escolarização e necessidade de enfrentar os altos índices de analfabetismo. A Constituição de 1934 representou um marco importante nesta temática ao afirmar que a educação é direito de todos.

Nas décadas seguintes, surgiram programas e campanhas de alfabetização, por exemplo, o Movimento de Educação de Base e o Mobral. Além de movimentos inspirados na educação popular e no pensamento freiriano. Porém, muitas dessas iniciativas tiveram caráter fragmentado, temporário e fortemente condicionado pelos contextos políticos de cada período. Contudo, foi depois da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB) que a EJA foi consolidada juridicamente como uma modalidade de educação básica, assegurando oportunidades educacionais a adultos de acordo com suas características, seus interesses e suas condições de vida e trabalho.

6

A Constituição Federal de 1988 é a principal referência para embasar esta modalidade de ensino, pois estabelece no artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. O artigo 208 determina a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Ou seja, ela assegura que a educação é um direito de todas as pessoas, nisto ficam incluídos os adultos. Já o artigo 206 enfatiza os princípios de igualdade de condições de acesso e permanência escolar servindo para fundamentar a EJA como política pública voltada à reparação de desigualdades educacionais.

A lei nº 9.394/1996, a LDB, diz que os sistemas de ensino devem assegurar gratuitamente aos jovens e adultos que não concluíram a educação básica na idade adequada oportunidades educacionais apropriadas às suas características, de acordo com seus interesses e condições de vida e trabalho. E reforça também a necessidade de uma organização pedagógica específica, não apenas adaptando o ensino regular, mas trazendo oportunidades de acesso com práticas pedagógicas que favoreçam a permanência escolar.

A EJA tem como função social proporcionar o acesso ao conhecimento de forma democrática, reparando desigualdades passadas e promovendo a cidadania. O objetivo da EJA

não é apenas alfabetizar e certificar, mas sim, reinserir sujeitos excluídos dos processos formais de escolarização, ampliando suas possibilidades de participação social, inserção no mundo do trabalho e acesso a bens culturais

A função social da EJA está associada à democratização do acesso ao conhecimento, à reparação de desigualdades históricas e à promoção da cidadania. Como modalidade da educação básica, a EJA não se restringe à alfabetização ou à certificação, mas cumpre o papel de reinserir sujeitos historicamente excluídos dos processos formais de escolarização, ampliando suas possibilidades de participação social, inserção no mundo do trabalho e acesso a bens culturais. Nesse sentido, a EJA assume caráter emancipatório quando reconhece os educandos como sujeitos de direitos e de saberes, e não como meros destinatários de políticas compensatórias.

Do ponto de vista social, a modalidade também responde às demandas de trabalhadores, mulheres, jovens e adultos que, por diferentes razões, interromperam ou nunca iniciaram sua trajetória escolar. Assim, sua função não se limita a oferecer vagas, mas a garantir condições reais de permanência, aprendizagem e valorização das experiências de vida dos estudantes. A literatura destaca que a EJA precisa estar articulada a políticas públicas mais amplas, capazes de considerar as desigualdades de classe, gênero, território e geração que atravessam as trajetórias escolares dos sujeitos.

7

Certamente a educação é compreendida na ordem constitucional brasileira como um direito social fundamental. A ela estão vinculados o desenvolvimento pessoal, a habilitação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Não podendo ser entendida apenas como um serviço ou favor do Estado, entretanto, deve ser vista como direito social fundamental e condição de cidadania. A Constituição Federal de 1988 consolidou esse entendimento afirmando que a educação é um direito social, prevendo mecanismos de exigibilidade e responsabilidade pública diante de sua oferta irregular. Além disso, inseriu a educação de forma abrangente, afirmando que é dever estatal e direito de todos, inclusive dos jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização na idade própria. Assim, a EJA é uma expressão concreta do direito à educação, pois materializa a possibilidade de retorno à escola e de reconstrução de trajetórias interrompidas.

Porém, não basta considerar a educação como direito. Para sua efetivação, é necessário ir além da previsão legal. É necessário financiamento, políticas consistentes, organização pedagógica adequada e compromisso institucional com a permanência dos sujeitos. Na EJA, isso implica garantir propostas formativas contextualizadas, flexíveis e socialmente relevantes,

que respeitem as condições de vida dos educandos. No que se refere às mulheres, esse debate torna-se ainda mais relevante, pois o direito à educação precisa ser analisado à luz das relações de gênero que historicamente condicionaram seus percursos escolares. Sendo necessário que o processo de escolarização seja construído em articulação com práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade dos educandos. Só assim, a educação deixa de ser apenas um princípio abstrato e se converte em prática social concreta, capaz de ampliar oportunidades e fortalecer a cidadania.

AS MULHERES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TRAJETÓRIAS, DESAFIOS E PERMANÊNCIA

Nas últimas décadas, houve um aumento do número de mulheres que participam da EJA. Muitas mulheres têm buscado garantir seu direito à educação e enfrentar as desigualdades vivenciadas. Durante a leitura de vários trabalhos científicos, ficou evidente que grande parte das estudantes dessa modalidade possui trajetórias marcadas pela interrupção da escolarização em decorrência de fatores como vulnerabilidade socioeconômica, inserção precoce no mercado de trabalho, maternidade e responsabilidades familiares. Para elas, o retorno ao ambiente escolar representa mais do que a continuidade dos estudos, constituindo uma oportunidade de desenvolvimento pessoal, fortalecimento da autonomia e ampliação das possibilidades de participação social. Assim, compreender o perfil dessas mulheres junto com os fatores que motivam sua permanência nos estudos é indispensável para repensar e promover práticas pedagógicas capazes de trazer acolhimento, inclusão e facilitar a continuidade dos estudos.

Em geral, boa parte dessas mulheres que retornaram aos estudos passou longos períodos fora da escola e ainda permanece em situações desafiadoras, as mesmas que as retiraram da sala de aula, por exemplo, ainda continuam inseridas em grande carga horária de trabalho, mantêm-se responsáveis pelo cuidado da família e ainda permanecem submetidas a condições socioeconômicas desfavoráveis. Nos estudos de França MC, *et al* (2022), nota-se que o perfil geral dessas estudantes é atravessado por múltiplas determinações sociais, especialmente de gênero, classe e raça, o que evidencia que sua inserção na EJA não pode ser compreendida de forma isolada, mas sempre interligada às experiências concretas de vida e a fatores que dificultam o acesso ou sua permanência na escola.

A maternidade é um dos principais fatores que influenciam a trajetória escolar das mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Mulheres que têm filhos menores têm sua

responsabilidade aumentada em relação à organização da vida familiar e ao cuidado com os filhos, o que impacta diretamente no tempo disponível para os estudos. Muitas têm histórico de gravidez precoce e ausência de rede de apoio, motivo pelo qual foi necessário priorizar o cuidado com os filhos em detrimento dos estudos, inviabilizando a conclusão da educação básica na idade própria. Contudo, na maioria das vezes, quando estas mulheres decidem retornar aos estudos na EJA, continuam enfrentando grandes dificuldades para conciliar as demandas da maternidade com as exigências da vida estudantil, por exemplo, manter a frequência nas aulas e ter tempo de qualidade para realizar as atividades escolares e, ao mesmo tempo, estarem preparadas para as avaliações. Souza EO e Jardim SR (2025) concluem que essa situação não é homogênea. Há uma diversidade de perfis entre essas mulheres, cujas trajetórias são marcadas por diferentes condições de trabalho e contextos familiares diversos, e sua permanência escolar deve ser vista como uma questão de equidade e justiça social, e não como uma responsabilidade individual de cada estudante. Para muitas mulheres, a educação é um ato político de resistência e busca por autonomia, sendo necessário que o sistema de ensino adapte suas práticas pedagógicas às suas realidades, e não o contrário.

O trabalho, assim como a maternidade, configura-se como um fator decisivo na trajetória dos estudantes da EJA. Muitas mulheres retornam à escola já adultas, inseridas em ocupações precárias, com baixa remuneração e pouca flexibilidade de horários, o que dificulta a conciliação entre estudo e sobrevivência material. Segundo os estudos de Lobato GL e Carvalho MF, embora a legislação brasileira garanta o direito de acesso ao ensino, muitas estudantes enfrentam obstáculos severos por não terem acesso à escolarização. Às vezes, por falta de vagas nas escolas ou pelo horário não compatível com a vida dupla de trabalho e estudo, enquanto a falta de políticas públicas específicas dificulta este acesso. No entanto, para muitas dessas mulheres os estudos representam uma forma de emancipação profissional e melhoria da qualidade de vida.

O excesso de responsabilidades das mulheres faz com que a permanência escolar não dependa apenas de vontade própria, mas de condições que favoreçam a continuidade dos estudos. Na maioria das vezes, a sobrecarga cotidiana está profundamente relacionada a desigualdades históricas de gênero, que permeiam as relações sociais e distribuem de maneira desigual as responsabilidades do lar, a provisão e o cuidado com os filhos. Isso coloca as mulheres em condições menos favoráveis para a continuidade dos estudos quando comparadas com os homens. Ainda segundo França MC, *et al* (2022), mulheres que retornam aos estudos

na modalidade EJA enfrentam obstáculos decorrentes de determinações sociais de gênero que se reproduzem no plano acadêmico. A educação de mulheres ainda está muito conectada à divisão sexual do trabalho, que historicamente destina os homens à esfera produtiva (valorizada socialmente) e as mulheres à esfera reprodutiva e ao cuidado do lar, ou seja, é comum a centralidade feminina nas tarefas domésticas e no cuidado com os outros, ao mesmo tempo em que restringe seu acesso ao tempo livre, ao descanso e à dedicação aos estudos.

Ao caracterizar o perfil das mulheres da EJA, de acordo com a análise da literatura, nota-se, em sua maioria, que são pessoas marcadas por múltiplas vulnerabilidades sociais, econômicas e de gênero, que influenciam tanto a interrupção quanto a continuidade de seus percursos escolares. Como citado, fatores relacionados à maternidade, à inserção precoce no mercado de trabalho com a falta de flexibilidade de horários, à dupla ou tripla jornada, o excesso de responsabilidades familiares e às desigualdades históricas constroem obstáculos que extrapolam o âmbito individual da vontade própria e repercutem diretamente na permanência dessas estudantes na escola. A partir da compreensão destes desafios na trajetória das mulheres, tem-se a necessidade da construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às especificidades desse público, capazes de promover acolhimento, valorização de suas experiências e fortalecimento do vínculo com o processo educativo. Nesse sentido, o capítulo seguinte aprofundará a discussão sobre as práticas pedagógicas de acolhimento na EJA, analisando como essas estratégias, à luz da literatura, podem contribuir para a permanência escolar e para o fortalecimento da trajetória educativa das mulheres que retornam aos estudos.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ACOLHIMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O acolhimento deve ser compreendido como uma prática pedagógica intencional e permanente na EJA. Ou seja, não deve se restringir apenas a um ato de boas-vindas na recepção das alunas, mas na promoção contínua de condições de acesso, de facilitação da permanência e participação das alunas no processo educativo, por meio do diálogo, da escuta, da valorização dos saberes e das experiências vividas, construindo vínculos no espaço escolar. Isso é de suma importância para as estudantes que retornam à escola após experiências de interrupção da escolarização, uma vez que o reconhecimento de suas trajetórias, a flexibilização e o ensino contextualizado podem contribuir para o fortalecimento do pertencimento em um ambiente mais humanizado. Fischer MC e Santos RF (2020) argumentam que o ato de acolher supera a

mera recepção, constituindo-se em uma ferramenta de inclusão social e garantia do direito à educação para grupos historicamente marginalizados. E propõem que o acolhimento seja institucionalizado como um elemento central para a transformação social e a construção da cidadania na escola. É através de práticas pedagógicas de acolhimento que a escola reconhece as especificidades da vida adulta feminina, permitindo que a EJA cumpra sua função social promovendo o acesso à educação.

Nessa perspectiva, é possível pensar as práticas pedagógicas alinhadas com a pedagogia ensinada por Paulo Freire. Para se alcançar uma educação mais humanizada a partir de práticas de acolhimento. Freire P (1996) defende que a educação deve ser compreendida como ato de liberdade, diálogo e reconhecimento do educando como sujeito histórico, portador de saberes e experiências que precisam ser valorizados no processo formativo. Na EJA, essa concepção implica romper com práticas pedagógicas rígidas e excludentes, que reproduzem a lógica da educação bancária, através de padrões formais de ensino, e avançar para uma proposta educativa que parte da realidade concreta das estudantes, com a compreensão dos seus desafios diários e o entendimento das vulnerabilidades, mas especificamente em relação às mulheres.

Em boas práticas pedagógicas de acolhimento, o diálogo aparece como elemento fundamental. Segundo Xavier FJ, et al (2021), ao adotar o diálogo como princípio, o professor não se coloca como detentor exclusivo do saber, mas como mediador que escuta, problematiza e constrói conhecimento junto com os estudantes. Com a escuta, a escola conhece as motivações e os desafios enfrentados e saberá como implantar sua prática de ensino de acordo com a realidade do seu público. Isso contribuirá para o fortalecimento do vínculo afetivo entre professor e aluno, fazendo com que este se sinta em um ambiente em harmonia com sua realidade, tornando o processo educativo mais significativo, evitando consideravelmente a evasão escolar.

Segundo a análise dos estudos de Oliveira EA, et al (2025), a valorização das experiências prévias das estudantes é outro aspecto essencial das práticas de acolhimento na EJA. De acordo com os estudos, é possível notar que muitas mulheres chegam à escola com um repertório rico de saberes construídos no trabalho, na família, na comunidade e em outras vivências sociais, mas que frequentemente são invisibilizados pela escola tradicional. Isso causa desmotivação, pois não valoriza as experiências individuais, impedindo que algumas mulheres se reconheçam como detentoras de conhecimento, muito menos vejam a escola como espaço de pertencimento.

A literatura mostra que atividades que partem das experiências da trajetória de vida, através de rodas de conversa e projetos contextualizados, têm impacto positivo na permanência escolar.

O respeito às diferenças também ocupa lugar de destaque nas práticas de acolhimento. A EJA atende um público diverso em termos de idade, gênero, raça, classe, trajetórias escolares e condições de vida, o que exige uma postura pedagógica sensível às singularidades e às desigualdades que atravessam esses sujeitos. Fischer MC e Santos RF (2020) argumentam que o ato de acolher como diretriz político-pedagógica implica reconhecer que as estudantes não são homogêneas e que suas necessidades educativas devem ser atendidas de forma diferenciada. Isso inclui considerar as especificidades das mulheres negras, das mães, das trabalhadoras rurais e urbanas, das mulheres em situação de vulnerabilidade, entre outras, garantindo que a escola não reproduza, em seu interior, as discriminações presentes na sociedade, mas sim agir com equidade a partir do reconhecimento das diferenças individuais.

O vínculo professor-aluno emerge, assim, como resultado de práticas pedagógicas que articulam acolhimento, escuta, diálogo e respeito às diferenças. Quando as estudantes percebem que são ouvidas, valorizadas e respeitadas, desenvolvem maior confiança na escola e maior disposição para permanecer nos estudos. A literatura evidencia que o fortalecimento dos vínculos afetivos está diretamente relacionado à redução da evasão e ao aumento da autoestima escolar. Segundo Sartori DP (2022), a escola precisa constituir-se como um espaço atrativo e acolhedor, capaz de estimular a permanência dos estudantes. Nesse sentido, relações mais próximas e humanizadas entre professores e alunos favorecem sentimentos de confiança, segurança e pertencimento, criando vínculos. Na EJA, essas relações assumem especial importância, pois o convívio e a interação social também podem contribuir para o retorno e a permanência dos jovens e adultos na escola. O ambiente escolar deve ser compreendido não apenas como espaço de aprendizagem, mas também de construção de relações humanas. Dessa perspectiva, o acolhimento torna-se um elemento importante para fortalecer o vínculo dos estudantes com a instituição escolar.

A pedagogia de Paulo Freire oferece, nesse sentido, um referencial teórico e metodológico potente para fundamentar as práticas de acolhimento na EJA. Ao defender uma educação dialógica, problematizadora e comprometida com a emancipação dos sujeitos, Freire contribui para que a escola se organize como espaço de acolhimento e transformação social. A escuta, o diálogo, a valorização dos saberes prévios e o respeito às diferenças são princípios que dialogam diretamente com a proposta de Paulo Freire e que, quando aplicados na EJA,

favorecem a permanência e o êxito, sobretudo de mulheres que são submetidas aos mais variados desafios diários, quando decidem retornar aos estudos.

As práticas pedagógicas de acolhimento não devem responder apenas às necessidades imediatas de permanência na escola, mas devem se articular a um projeto educativo mais amplo, comprometido com a dignidade humana e com o direito à educação de qualidade. A literatura consultada aponta que o acolhimento diário, aliado a práticas pedagógicas contextualizadas, tem papel determinante na permanência e no sucesso escolar, pois o acolhimento não é apenas uma estratégia de gestão da invasão, mas o núcleo de uma proposta pedagógica que coloca o estudante no centro do processo educativo e que firma a EJA como espaço de direito, dignidade e emancipação.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS QUE FAVORECEM A PERMANÊNCIA DAS MULHERES NA EJA

De acordo com o que já foi analisado nos capítulos anteriores, não há dúvidas quanto à necessidade de estratégias pedagógicas e institucionais para que as mulheres que retornaram aos estudos, especificamente na modalidade EJA, permaneçam e concluam com sucesso seus estudos. Essas estratégias devem considerar as reais condições de vida desse público. O uso de metodologias participativas, a contextualização do ensino, a flexibilização das atividades, a valorização dos saberes prévios, o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, a construção do sentimento de pertencimento, o estabelecimento de vínculos afetivos e a criação de um ambiente escolar sensível às diferenças são algumas medidas que ajudam a tornar a experiência escolar mais significativa e menos dissociada da realidade cotidiana das estudantes.

A literatura aponta que estratégias e políticas de permanência escolar precisam considerar fatores como maternidade, responsabilidades de cuidado, desigualdades socioeconômicas, trabalho e as múltiplas jornadas que as mulheres estão inseridas, para que a escola construa condições favoráveis para a continuidade dos estudos. Não bastando apenas oferecer vagas, mas atuando de forma a reduzir a evasão e sustentar os vínculos escolares.

Diante disso, o papel docente se torna decisivo, pois cabe aos professores desenvolverem metodologias mais dialógicas, relacionando os conteúdos ao cotidiano das alunas e construindo relações pedagógicas baseadas no respeito e no incentivo. Ou seja, grande parte dessa responsabilidade de construir vínculos de permanência na escola cabe aos professores, pois eles são os agentes em contato direto com a turma e conhecem os reais problemas do seu público. É

seu dever a reflexão constante de suas práticas de ensino e adequar sua proposta educativa baseada na equidade, na inclusão e na valorização das trajetórias femininas.

Nesse contexto, a metodologia participativa constitui uma estratégia pedagógica pertinente na EJA, pois favorece o envolvimento ativo dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, valorizando seus conhecimentos, experiências e contextos de vida. Nessa perspectiva, Freire P (1996) afirma que o professor deve atuar como mediador, criando situações de diálogo, troca de saberes, problematização e promovendo a construção coletiva do conhecimento, em lugar de restringir o processo educativo à transmissão de conteúdo. De acordo com a literatura fundamentada na perspectiva de Paulo Freire, as práticas dialógicas e participativas podem fortalecer a autonomia e o protagonismo dos educandos, além de tornar a aprendizagem mais significativa e relacionada à realidade dos sujeitos. Para as mulheres, a adoção dessa estratégia aproxima o processo educativo das suas necessidades concretas e favorece uma prática pedagógica mais acolhedora, dialógica e inclusiva.

Outra estratégia fundamental que favorece a permanência das mulheres na EJA é a aprendizagem significativa, fundamentada na teoria de David Ausubel. Com essa estratégia, é possível articular os novos conteúdos escolares com os saberes prévios que as alunas possuem através de suas experiências de vida. Segundo Ausubel DP(1968), a aprendizagem ocorre de forma mais sólida e duradoura quando o estudante consegue relacionar as informações novas aos conhecimentos já existentes em sua estrutura cognitiva, atribuindo sentido pessoal e social ao que aprende. Isso implica desenvolver práticas pedagógicas contextualizadas, a partir das vivências das mulheres e da valorização dos saberes prévios, tornando o processo educativo mais relevante e motivador, contribuindo para reduzir a evasão escolar.

14

A contextualização do ensino e a construção do sentimento de pertencimento configuram-se como estratégias pedagógicas que favorecem a permanência das mulheres na EJA. O processo educativo se torna mais relevante com a contextualização do ensino, em paralelo a isso, o sentimento de pertencimento emerge como dimensão simbólica fundamental de permanência, sendo construído por meio do acolhimento, do respeito às histórias de vida, da valorização dos saberes prévios e da criação de um ambiente escolar seguro e inclusivo. Segundo Laurine et al (2026), quando os alunos da EJA se reconhecem como parte legítima do espaço escolar, através do respeito à sua trajetória, e a escola se mostra sensível às suas necessidades concretas, o vínculo com a instituição escolar é fortalecido e sua disposição é aumentada para permanecer e concluir a escolarização.

A literatura aponta que as rodas de conversa e os projetos interdisciplinares configuram-se também como estratégias pedagógicas potentes para favorecer a permanência das mulheres na EJA. As rodas de conversa, enquanto espaços dialógicos e acolhedores, permitem que as estudantes compartilhem suas vivências, desafios e conquistas, fortalecendo os vínculos afetivos entre pares e com a escola, o que contribui para o sentimento de pertencimento e para a redução do isolamento que muitas vezes acompanha o retorno aos estudos. Já os projetos interdisciplinares articulam diferentes áreas do conhecimento em torno de temas significativos e problemas concretos da realidade das estudantes, tornando o processo educativo mais contextualizado, relevante e motivador. Isso favorece o engajamento, a autonomia e a continuidade nos estudos, especialmente quando se consideram as especificidades das mulheres, como a conciliação entre trabalho, maternidade e escolarização.

Em síntese, a literatura analisada evidencia que a permanência das mulheres na Educação de Jovens e Adultos não depende exclusivamente de sua disposição individual para estudar, mas também das condições pedagógicas e relacionais oferecidas pela escola. Metodologias participativas, aprendizagem significativa, contextualização dos conteúdos, rodas de conversa, flexibilização das atividades, valorização dos saberes prévios, projetos interdisciplinares e ações voltadas ao fortalecimento da autoestima e do sentimento de pertencimento constituem possibilidades para tornar o processo educativo mais próximo das realidades dessas estudantes. Nesse sentido, fortalecer as práticas pedagógicas na EJA implica reconhecer as diferentes trajetórias de vida das mulheres, considerar suas responsabilidades e experiências e construir relações educativas pautadas no diálogo, no respeito e na escuta. Assim, mais do que adaptar estratégias de ensino, é necessário promover uma prática pedagógica humanizada e inclusiva, capaz de favorecer a participação, a aprendizagem e o vínculo das estudantes com a escola, contribuindo para a continuidade de suas trajetórias educativas.

CONCLUSÃO

A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que a forma como as práticas pedagógicas são desenvolvidas na EJA afeta significativamente o acolhimento e a permanência escolar das mulheres nos estudos, principalmente quando estas práticas consideram a trajetória de vida, as necessidades, os desafios diários e as experiências individuais das alunas. O oposto disso seria colocar estas alunas apenas a depender da vontade própria de continuar, o que dificultaria ainda mais a trajetória escolar. Já as estratégias fundamentadas no

diálogo, na participação, na valorização dos saberes prévios, na contextualização dos conteúdos e na construção de relações pautadas pelo respeito e pela confiança favorecem um ambiente educativo acolhedor e significativo, facilitando a permanência nos estudos.

A literatura analisada indica que práticas pedagógicas humanizadas e sensíveis às especificidades das mulheres da EJA podem fortalecer seus vínculos com a escola e contribuir para a continuidade de suas trajetórias educativas. Como já citado, o acolhimento não se restringe apenas à recepção das estudantes no espaço escolar, mas envolve práticas constantes no decorrer do percurso escolar que fazem a diferença no dia a dia das alunas. Práticas que promovam a participação, a motivação, o sentimento de pertencimento, o reconhecimento das potencialidades individuais e seus saberes prévios, criam vínculos fortes com a escola e contribuem para a continuidade da trajetória educativa.

Este artigo mostra-se relevante tanto para o campo acadêmico quanto para a sociedade ao evidenciar a importância das práticas pedagógicas de acolhimento para a permanência escolar de mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade que garante o direito à educação a sujeitos que tiveram suas trajetórias interrompidas, especialmente mulheres afetadas por desigualdades históricas, sociais e de gênero. Socialmente, a pesquisa contribui para a promoção da equidade educacional ao refletir sobre estratégias que fortaleçam não apenas a inclusão, mas também o sentimento de pertencimento e a continuidade dos estudos de mulheres que conciliam escola, trabalho, maternidade e responsabilidades domésticas. Cientificamente, o estudo amplia o debate acadêmico ao reunir e analisar produções bibliográficas sobre acolhimento e permanência na EJA, identificando lacunas na literatura que integra práticas pedagógicas de acolhimento, retorno escolar e permanência ao longo da trajetória educativa feminina. Ademais, a pesquisa oferece contribuições para a prática docente ao evidenciar estratégias pedagógicas fundamentadas que favoreçam o acolhimento, o respeito às trajetórias de vida e a valorização dos saberes, subsidiando professores e gestores na promoção de práticas educativas mais inclusivas, dialógicas e contextualizadas, reforçando a EJA como espaço de garantia de direitos, formação humana, inclusão social e emancipação.

Considerando os resultados desta revisão bibliográfica, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a investigação sobre as práticas pedagógicas de acolhimento e sua relação com a permanência das mulheres na Educação de Jovens e Adultos, especialmente por meio de estudos de campo que possibilitem conhecer diretamente as experiências e percepções das estudantes. Investigações qualitativas, realizadas por meio de entrevistas, grupos de discussão

e observação do cotidiano escolar, podem contribuir para compreender como as estratégias pedagógicas acontecem de fato e quais delas efetivamente favorecem seu vínculo e continuidade na escola. Também se mostram relevantes estudos que considerem diferentes contextos sociais e institucionais, bem como estudos que avaliem o impacto de políticas institucionais de permanência, como programas de assistência estudantil, flexibilização de horários e oferta de creches, sobre a continuidade dos estudos das mulheres na EJA. A ampliação dessas abordagens é importante para aproximar a produção acadêmica da realidade escolar e fornecer subsídios para o desenvolvimento de práticas pedagógicas cada vez mais inclusivas, acolhedoras e sensíveis às diferentes trajetórias das mulheres que retornam aos estudos, além de contribuir para a construção de políticas educacionais mais efetivas.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL DP. *Educational psychology: a cognitive view*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968; p24.

FISCHER MC, SANTOS RF. O acolhimento como diretriz político-pedagógica na educação de jovens e adultos. *Reflexão e Ação*, 2020; v. 28, n. 2, p. 235-250.

FRANÇA MC, et al. Permanência e êxito de mulheres na EJA-EPT: possibilidades e desafios do IFRS. *Plurais-Revista Multidisciplinar*, 2022; v. 7, p. 1-22.

FREIRE P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, 1996; 16 a 25p.

GIL AC. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019; p44.

LAURINE KF, et al. Educação de jovens e adultos: fatores de motivação e permanência escolar diante dos desafios da EJA. *Revista Tópicos*, 2026 v. 4, n. 33, p. 1-22.

LOBATO GL, CARVALHO MF. Educação de jovens e adultos: direito à escolarização para mulheres. *Revista ComCiência-Multidisciplinar*, 2023; v. 8, n. 10, p. 43-48.

OLIVEIRA EA, et al. Saberes da experiência na EJA: o reconhecimento dos conhecimentos prévios como estratégia de aprendizagem. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 2025; v. 11, n. 9, p. 1290-1302.

OLIVEIRA SE, JARDIM, SR. Mulheres na EJA: gênero, maternidade e permanência escolar. *Colóquio dos Grupos de Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas*, 2025; v. 2, p. 126-128.

SARTORI DP. *O acolhimento dos educandos como princípio político-pedagógico da EJA*. 2022. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022

XAVIER FJ, et al. Palavra falada, diálogo e escuta freireanos: contribuições à compreensão dos saberes dos estudantes da EJA. Olhar de Professor, 2021 v. 24, p. 01-22.